



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA DE QUINZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM

-- Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu o conselho de ilha de Santa Maria, na Igreja Nossa Senhora da Vitória, sita nos Paços do Concelho de Vila do Porto, para a terceira reunião extraordinária tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

---Ponto um: Instalação do conselho de ilha de Santa Maria;-----

---Ponto dois: Eleição da mesa do conselho de ilha de Santa Maria; -----

---Ponto três: Outros assuntos.-----

A reunião teve início com a instalação do conselho de ilha de Santa Maria e para tomarem posse como conselheiros e conselheiras compareceram, João Manuel de Andrade Fontes, Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto; Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto; José de Andrade Melo, Rosa Filomena Cabral de Melo e Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, membros eleitos pela Assembleia Municipal de Vila do Porto; António Isidro Braga Sousa, António Jorge Cabral Monteiro e Eduardo Manuel Pereira Cambraia, presidentes de junta de freguesia de Santo Espírito, S. Pedro e Vila do Porto, respetivamente, eleitos de entre quem preside a todas juntas de freguesia, segundo o método da média mais alta de D'Hondt; Maurício Manuel Vieira Travassos e Élio Mota Martins, representantes dos Setores Empresariais; Duarte Manuel Braga Moreira e Aníbal Cabral Moura, representantes das associações agrícolas; José Rezendes Santos, representante da associação das pescas; Maria Dulce de Oliveira Resendes,



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Alcides
of
[Signature]

representante das instituições particulares de solidariedade social; Jorge Alberto Cabral Botelho, representante das associações não-governamentais ligadas à área do ambiente; Márcia Catarina da Costa Santos, representante das associações de defesa da igualdade de género e José Arsénio Sousa Chaves e António Manuel de Sousa Braga, representantes dos Movimentos Sindicais.-----

O presidente da assembleia municipal informou quem estava presente que até à data não tinha sido indicado/a o/a representante do Governo Regional dos Açores e que o conselheiro Carlos Henrique Lopes Rodrigues, membro eleito pela Assembleia Municipal de Vila do Porto informou que não poderia estar presente na reunião por se encontrar ausente de Santa Maria. -----

Participaram ainda nesta reunião o deputado eleito e as deputadas eleitas por Santa Maria à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa, Joana Pombo Sousa Tavares e Elisa Lima de Sousa.-----

Depois da instalação do conselho de ilha pelo presidente da assembleia municipal de Vila do Porto, foi lida a respetiva ata de instalação que foi assinada por todos os conselheiros e todas as conselheiras presentes.-----

De seguida passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos, eleição da mesa do conselho de ilha de Santa Maria, informando o presidente da assembleia municipal de Vila do Porto que, em conformidade com a legislação vigente a mesma será constituída por um/a presidente, um/a vice-presidente e duas pessoas como secretários/as e que a eleição seria feita através de apresentação de listas, análogo ao procedimento adotado em sessões anteriores para o efeito. Neste sentido o presidente da assembleia municipal de Vila do Porto questionou os membros presentes se alguém apresentava uma proposta de lista para a composição da mesa.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Posto isto, o conselheiro José de Melo solicitou uma intervenção que após lhe ser concedida a palavra informou quem estava presente que apresentava uma lista candidata à eleição para a mesa do conselho de ilha, constituída pelos seguintes membros do conselho:

Presidente da Mesa do Conselho de Ilha: Maria Dulce de Oliveira Resendes;

Vice Presidente da Mesa do Conselho de Ilha: João Manuel de Andrade Fontes;

Secretário da Mesa do Conselho de Ilha: José Arsénio Sousa Chaves;

Secretário da Mesa do Conselho de Ilha: António Isidro Sousa Braga;

Como não houve apresentação de mais listas, a lista supracitada foi sujeita à votação sendo eleita por maioria com dezassete votos a favor e uma abstenção.-----

Após a instalação da mesa recém-eleita, a senhora presidente tomou a palavra para agradecer a confiança que os/as conselheiros/as depositaram na sua eleição e apresentou a proposta para incluir, no ponto Outros Assuntos, a elaboração de parecer sobre Plano Regional Anual para o próximo ano, tendo em conta que a anteproposta de plano teria sido enviada a quatro de outubro do corrente, mas que o conselho de ilha de Santa Maria não tinha emitido o respetivo parecer visto o senhor presidente de mesa de então considerar não ter legitimidade política para convocar o conselho para o efeito visto ter ocorrido eleições autárquicas em setembro. A presidente da mesa alertou ainda que tal situação provocaria o prolongamento dos trabalhos pelo período da tarde.-----

O conselheiro Duarte Moreira solicitou um ponto de ordem de trabalhos à mesa afirmando que não discorda da proposta apresentada, mas como se tem de ausentar do conselho, e como teria muito gosto de participar nessa elaboração de parecer, sugeriu que os trabalhos do período de tarde tivessem início às quinze horas.-----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Em sequência, a presidente da mesa apresentou a proposta de incluir no ponto Outros Assuntos, a elaboração de parecer sobre Plano Regional Anual para o próximo ano, e que os trabalhos do período de manhã decorriam até às treze horas com recomeço, no período de tarde, por volta das quinze horas. Sujeita à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Posto isto, a presidente do conselho de ilha apresentou de forma sucinta o documento do Plano Regional Anual para o ano dois vinte e vinte e dois, comparando este com a anteproposta do plano, após o qual solicitou a participação de todos e todas começando por pedir ao senhor deputado e às senhoras deputadas presentes para se pronunciarem sobre o documento em análise.-----

Foi assim dada a palavra ao deputado João Vasco Costa que começou por desejar felicidades aos membros da mesa no desempenho dos respetivos cargos, nomeadamente à senhora presidente na condução dos trabalhos do conselho de ilha e afirmou ainda que o documento em apreciação incorria num grave erro pois não cumpria com as orientações das contas públicas regionais relativamente a endividamentos e já prevê cerca de setenta e cinco mil euros de transição de saldo o que é impossível de se antever com antecedência que não se vai cumprir tal quantia em investimentos. Também referiu que a quantia prevista proveniente dos fundos comunitários está muito desfasada em relação à média da execução anual dos fundos comunitários na região.-----

A senhora presidente da mesa agradeceu a partilha das preocupações do deputado João Vasco Costa e solicitou a opinião da deputada Elisa Sousa.-----

A deputada Elisa Sousa começou por cumprimentar todos os membros do conselho recém-instalado, felicitou os elementos da mesa pela sua eleição e desejou um bom trabalho a todos/as. Pediu desculpas por não conseguir dar um melhor contributo na



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

análise do assunto em questão pois não sabia que o mesmo iria ser abordado na reunião, uma vez que não se encontrava na ordem de trabalhos, no entanto, referiu ainda que subscreve todas as preocupações do conselho de ilha e dos/das marienses.-----

De seguida foi dada a palavra ao conselheiro José de Melo que também começou por felicitar os elementos da mesa neste novo mandato e congratula-se pelo fato da mesa ser constituída não só por eleitos locais mas também por representantes da sociedade civil mariense. Referiu ainda que o Plano do Governo Regional para o próximo ano é um documento vazio de estratégia pois verifica-se uma “décalage” entre o que é apresentado descritivamente e o que é apresentado quantitativamente. É um simples plano de intenções que não espelha investimentos concretos.-----

De seguida foi dada a palavra ao conselheiro Duarte Moreira que começou a sua intervenção cumprimentando os membros da mesa e todos os conselheiros particularizando quem pela primeira vez tinham assento no conselho. Considerando que o conselho não é um órgão de oposição do governo afirmou que não fará uma análise política do documento, mas sim referir alguns aspetos que acha relevantes do setor da agricultura. Neste ano que finda, verificou-se pouco investimento na área agrícola em Santa Maria, sendo essa situação compreensível pois o orçamento foi elaborado mais tarde, por isso esperava ver espelhado no plano e orçamento para dois mil e vinte e dois mais investimentos, particularmente na melhoria dos caminhos rurais, criação de melhores condições para o abate de animais em Santa Maria com a reabilitação da sala de desmancha pois está restrita quanto à capacidade de frio, falta instalações sanitárias e não tem sala de desinfeção e sala de cartonagem. Também manifestou preocupação com a retenção de água e transporte de escoamento de gado vivo e em carcaça.-----

Na continuação dos trabalhos foi dada a palavra ao conselheiro Aníbal Moura que começou a sua intervenção desejando um bom trabalho aos elementos da mesa bem

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'JF' and a stylized signature.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

como a todos/as os/as conselheiros/as e referiu que as preocupações da associação que representa são similares às preocupações da associação agrícola destacando a grande dificuldade no escoamento de animais bem como na sua importação.-----

Dada a palavra ao senhor António Monteiro, este afirmou que ainda não tinha tido tempo para se debruçar sobre o documento em questão, mas é da opinião que o conselho de ilha deve trabalhar no sentido de defender os interesses dos marienses e da ilha de Santa Maria no seu todo e não numa ótica “partidarista”.-----

Tal opinião foi corroborada pela presidente da mesa que de imediato deu a palavra ao conselheiro Eduardo Cambraia que começou por dar os parabéns à mesa por assumirem essa responsabilidade e que numa análise ao plano manifestou preocupações relativamente à reabilitação da zona do aeroporto, pois sendo uma porta de entrada em Santa Maria, a situação atual dá uma imagem negativa a quem nos visita. Manifestou também preocupações com os problemas da orla costeira que urge resolver, particularmente nos lugares da Maia, Anjos e Praia Formosa e referiu ainda que apesar do plano não enunciar as obras que se pretende realizar em Santa Maria, o seu valor global é análogo ao do ano que decorre e congratula-se com o fato de estar previsto para o próximo ano uma verba de cento e cinquenta mil euros para construções escolares.-----

De seguida foi dada a palavra ao conselheiro Jorge Costa este referiu que os transportes marítimos são uma preocupação de vários anos pois verifica-se com frequência dificuldades na entrada de barcos no atual molhe cais. Referiu ainda que tem conhecimento que as obras de reforço no molhe cais, para reparação dos danos provocados pela passagem do furacão Lorenzo irão avançar bem como as obras de beneficiação a acrescento do molhe acostável. Verifica com agrado verba para o arranque das obras do polidesportivo da escola mas preocupa-se não verificar verbas



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

para a beneficiação das estradas regionais da ilha, pois estão em péssimas condições, não sabe se o reforço de verbas para a saúde e desporto seja suficiente para suportar a deslocação de doente para S. Miguel e a deslocação de especialista a Santa Maria e tem dificuldade em perceber para que se destinam as verbas incluídas na Eficiência Energética, deduzindo que sejam para a Central Fotovoltaica. Na sequência desta intervenção o conselheiro José Arsénio Chaves esclareceu que a verba de quinhentos e cinquenta mil euros previsto para a eficiência energética se destinavam à aquisição de duas baterias de grande volume para acumular a energia produzida nos aerogeradores e central fotovoltaica bem como o investimento em mais dois aerogeradores.-----

De seguida foi dada a palavra ao senhor Maurício Travassos que referiu a sua preocupação relativamente aos transportes de e para Santa Maria, particularmente os transportes marítimos de carga, sendo necessário clarificar as datas e o itinerário dos mesmos.-----

Após ter sido dada a palavra ao conselheiro António Manuel Braga, este esclareceu os presentes que a sua posição relativamente ao documento em apreço é a mesma da posição assumida pela UGT dos Açores e concorda com o referido pelo conselheiro Jorge Costa relativamente às verbas previstas para a educação e saúde.-----

A conselheira Márcia Santos desejou um bom trabalho a todos e a todas e disponibilizou-se para ajudar na redação dos documentos do conselho de modo que estes estejam redigidos de acordo com a linguagem inclusiva. Relativamente ao documento em análise referiu que partilha das opiniões proferidas pelos conselheiros que já se manifestaram.-

Jorge Botelho deu os parabéns à mesa e comunga das preocupações dos outros conselheiros mas é da opinião que, para além de analisar o documento manifestando a concordância ou discordância, este conselho deveria reivindicar para se solucionar o problemas dos transportes e exigir que o governo clarifique o que pretende para Santa

Handwritten signatures and initials in the top right corner.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Maria. Alertou ainda para o fato das obras previstas para o molhe cais poderem condicionar o acesso à marina e por isso deveria ser apresentado uma estratégia para ultrapassar essa dificuldade.-----

A presidente da mesa referiu que corrobora com essa opinião, mas referiu que neste momento devemos priorizar bem as nossas reivindicações, tendo em atenção as que teriam execução imediata. De seguida deu a palavra à conselheira Rosa Melo que começou por felicitar os elementos da mesa e informou que ainda não teve tempo para se debruçar sobre o plano em apreço na íntegra, mas manifestou preocupações relativamente ao património cultural.-----

Bárbara Chaves manifestou-se relativamente à posição do governo regional sobre a política de transportes para Santa Maria, pois a justificação de que a redução das tarifas bem como o aumento do número de voos, em detrimento de uma solução de transporte marítimo de passageiros para Santa Maria, é enganadora pois se compararmos as entradas de passageiros no mês de agosto dos dois anos anteriores com o corrente, não se verificou um aumento de passageiros como apregoam os responsáveis do governo por essa área. O plano ora apresentado revela uma falta de ambição na dinamização da atividade económica em Santa Maria.-----

Posto isto a senhora presidente da mesa sugeriu a interrupção dos trabalhos para almoço com o recomeço às quinze horas.-----

No recomeço dos trabalhos a senhora presidente a mesa deu a palavra ao conselheiro Élio Martins que afirmou que as opções públicas não assumem uma preocupação de recuperação das empresas, que foram muito penalizadas pela pandemia, pois não se verifica no plano os recursos do PRR para as áreas mais penalizadas. Focou ainda situações relacionadas com saúde, educação, turismo, transportes e estradas regionais.



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Após solicitar também a opinião dos restantes elementos da mesa, conselheiros João Fontes, José Arsénio Chaves e António Isidro Sousa, que referiram respetivamente que as verbas consignadas para o ginásio da escola seriam insuficientes para uma profunda remodelação da infraestrutura, que não estavam previstas verbas para uma ação conjunta das várias entidades para se proceder a uma efetiva desratização e que o orçamento não contempla verbas específicas para as estradas, nomeadamente para repavimentação da estrada regional ER 2 de Vila do Porto até à Maia, a presidente do conselho de ilha questionou os membros presentes se teriam mais algo a acrescentar para incluir na redação final do parecer. Abrindo-se de imediato um período para inscrições, inscreveram-se para intervir os conselheiros Duarte Moreira, Jorge Costa, Jorge Botelho, Eduardo Cambraia, José de Melo, António Monteiro e a conselheira Rosa Melo. Foi dada a palavra aos referidos membros do conselho que proferiram o seguinte:

- o conselheiro Duarte Moreira, considerou ser primordial reforçar o abastecimento de água à agricultura e o abastecimento de água à população mariense, sendo a primeira situação da responsabilidade do IROA e a segunda da responsabilidade da autarquia, que era importante estarem consignadas verbas para o caminho da Lapa, que as verbas para estradas e caminhos deveriam estar na mesma rubrica, que deveria estar previsto a dinamização do centro de formação aeronáutica, pois a formação nessa área está a decorrer em S. Miguel em detrimento de Santa Maria e que se deveria pressionar o governo para manter a operação sazonal de transporte marítimo de passageiros conjugado com o transporte de mercadorias;-----

- o conselheiro Jorge Costa, informou que teve conhecimento que o possível acréscimo do molhe acostável não faz parte da empreitada das obras que se iriam realizar no molhe cais e referiu que seria imprescindível realizar as duas obras no mesmo período de tempo para minimizar os constrangimentos;-----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

- o conselheiro Jorge Botelho, corrobora a opinião do conselheiro Jorge Costa e reafirma que é imperativo melhorar as acessibilidades à ilha caso contrário tal situação irá afetar muito o turismo, dando como exemplo a impossibilidade de se fazer reservas para o próximo verão, sendo ainda da opinião que se deve reduzir a sazonalidade e prever uma melhor oferta ao longo de todo o ano, pois existe um novo ciclo de vinda de turista à ilha e fazer valer apenas a proximidade de S. Miguel poderá não ser suficiente. Propõe inclusivamente uma reunião conjunta para debater assuntos prementes para Santa Maria;-----

- o conselheiro Eduardo Cambraia, ressaltou na sua intervenção a problemática da habitação social e a sua contínua degradação, particularmente na zona do Aeroporto, e considerou ser muito importante um maior investimento na rede viária regional e na rede de acessos dos caminhos agrícolas, não especificando o plano o modo de concretização de verbas destinadas para esse fim;-----

- o conselheiro José de Melo, manifestou a sua preocupação relativamente à conclusão das obras do Cinema do Aeroporto, cujo atraso está a ser justificado pelo concurso da aquisição dos equipamento para a parte técnica;-----

- o conselheiro António Monteiro, enfatizou a sua intervenção na atual situação do projeto do Space Port e acha muito estranho a reduzida verba prevista no plano para essa área bem como também conclui, com muita preocupação a não inclusão de verbas para a criação de espaços ATL nas freguesias, e do pouco investimento previsto para atividades culturais, estando assim o governo a dar um “corte” na economia mariense, pois a realização de eventos culturais na ilha provoca uma dinamização na nossa economia. -----

- a conselheira Rosa Melo, considerou serem muito insuficientes as verbas destinadas para a formação profissional;-----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

Após as intervenções dos conselheiros e da conselheira a senhora presidente da mesa referiu que o parecer deste órgão sobre o Plano Anual Regional para o próximo ano irá sintetizar as preocupações manifestadas por todos os membros presentes e que após ser validado por todos e todas ficará anexo a esta ata.-----

E não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que será assinada em conformidade.-----

Presidente: *Maria Dulce de Oliveira Resende*

Vice-Presidente: *João Carlos André*

1º. Secretário: *João António Sousa e/ou*

2º. Secretário: *António Grido Braga Sousa*



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Parecer

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº. 21/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022

A pedido do Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, formulado através do ofício nº. S/3194/2021-11-02, o Conselho de Ilha de Santa Maria deliberou emitir parecer sobre o documento em epígrafe.

Enquadramento:

1. O investimento plasmado nos Planos Regionais Anuais, para a ilha de Santa Maria, nos últimos quatro anos verificaram a seguinte variação:

2019	2020	2021	2022
31.609.729 €	32.665.581 €	33.717.291 €	33.260.650 €
	Aumento de 3,34 %	Aumento de 3,22 %	Decréscimo de 1,35 %

2. Nos últimos anos temos verificado um aumento gradual e consolidado das verbas contempladas no Plano Regional anual para a ilha de Santa Maria, e o orçamento para 2021 seguiu esta dinâmica, no entanto, o orçamento para 2022 inverte essa tendência, pois constata-se um decréscimo de 1,35%, correspondendo ao valor global de -456.641 €. Esta situação provoca-nos alguma preocupação, pois atendendo às dificuldades de uma ilha pequena e periférica como é a nossa, deveria merecer uma maior atenção e investimento, para promover um ritmo de desenvolvimento similar ao das ilhas de maior dimensão e recursos.
3. Atendendo igualmente aos projetos de desenvolvimento estratégico que o atual Governo Regional defende para Santa Maria, manifestamos algumas reservas se tal será exequível face à escassez de verbas em alguns sectores que poderão ser fundamentais para alavancagem dessa mesma estratégia de desenvolvimento.
4. Este Conselho de Ilha, procurou na análise dos documentos apresentados, identificar igualmente todos os investimentos previstos e, de uma forma séria ressaltar o que estes apresentam de positivo, bem como o que poderá ser melhorado, numa perspetiva de apresentação de propostas de melhoramento das políticas de investimento público da nossa ilha e de problemas e necessidades que subsistem no tempo e que urgem ser resolvidos.

Preocupações e propostas:

1. Na área das Políticas para a coesão Social e para a Igualdades de Oportunidades – Rúbrica 2

Embora a área social, esteja dotada de verbas substantivas para a realização de ações e projetos de importância para a ilha, que ressaltamos como muito positivo, consideramos que apesar do valor previsto na rúbrica 2.6 – Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional ser de 685.746 €, apenas 100.000 € desse valor se destinam à recuperação de habitações nos Bairros do Aeroporto de Santa Maria, valor esse que deverá ser revisto e reforçado, pois é insuficiente para que se possa executar uma reabilitação e melhoria daquele parque habitacional, que é propriedade da RAA.

2. Competitividade empresarial e Administração Pública – Rúbrica 3

Existe uma crescente preocupação no empresariado local, contituído por micro e PMEs, que se encontram muito fragilizadas e que necessitam de sistemas de incentivo à competitividade empresarial que não se veem espelhadas neste plano, uma vez que se desconhece como se fará a desagregação da verba prevista na rúbrica 3.1 no valor de 3.319.317 €. Há que prever apoios específicos para estas empresas, atendendo à dimensão das mesmas e pequenez do mercado onde competem.

3. Educação – Rúbrica 4

É com agrado que vemos inscrito na rúbrica 12.15 – Construções Escolares, o valor de 1.500.000 €, para reparação do Ginásio da EBS de Vila do Porto, obra urgente e inadiável que esperamos vir a ser executada o mais breve possível.

Com agrado registamos igualmente a dotação de verba de 145.750 € na rúbrica 4.5 Escolas Digitais.

4. Saúde, Desporto e Proteção Civil – Rubrica 5

Considera-se positivo o reforço de verba em áreas de saúde e desporto, como forma de promoção de hábitos de vida saudável. Constata-se que há um aumento do valor para o combate dos efeitos da Pandemia COVID 19 e para o programa CIRUGE. Há no entanto, que ter em consideração os condicionalismos dos serviços de saúde prestados na nossa ilha, nomeadamente no que diz respeito à deslocação de doentes para o Hospital do Divino Espírito Santo e na continuação e melhoria da frequência da vinda de pessoal médico especializado à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria.

5. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural – Rúbrica 6

Sendo esta área uma das mais importantes do desenvolvimento económico da ilha, com uma inscrição de verba no valor total de 2.637.670 € (rúbrica 6), constata-se os seguintes constrangimentos:

- a) Necessidade de dar continuidade à melhoria das acessibilidades rurais com a pavimentação das vias. A intervenção no caminho da Lapa de Baixo, embora seja parte municipal e parte agrícola, deverá constar numa próxima revisão do plano;
- b) Constata-se no presente plano uma redução dos apoios às Associações Agrícolas para funcionamento da sua estrutura de serviços técnicos, o que poderá provocar graves constrangimentos financeiros, colocando em causa a manutenção dos postos de trabalho do quadro técnico que ali prestam serviços, com consequências negativas associadas ao apoio prestado às explorações e aos agricultores/as;

- c) Necessidade do IROA dar continuidade ao reforço da rede de abastecimento de água à lavoura, com a captação e armazenamento de água na zona sul da ilha, nos lugares do Paúl e Flor da Rosa, zona essa onde este recurso é mais escasso;
- d) Necessidade premente de se avançar com a reabilitação da sala de desmancha do matadouro de Santa Maria, projeto já existente no IAMA, uma vez que esta apresenta vários constrangimentos que têm impossibilitado o aumento do abate e desmancha na ilha para expedição de carne desmanchada. A sala de desmancha não possui condições de certificação por parte de alguns clientes, tendo diversos constrangimentos, entre os quais a reduzida capacidade de frio, sendo necessário a sua duplicação, não possui instalações sanitárias, sala de mudança de roupa, de lavagem e desinfecção, para só citar as mais prementes. Considera-se vital avançar já em 2022 com as necessárias obras de remodelação e adaptação às exigências atuais, até porque as OP da ilha têm contatos para fornecimento de carne a vários clientes, sendo a carne de Santa Maria muito procurada.
- e) Preocupa-nos a iniciativa do PAN, na Assembleia Regional, que a ser aprovada pode criar dificuldades extremas ao escoamento de gado vivo. Esta situação é inadmissível, porquanto as ilhas terão sempre de escoar gado por via marítima e também de importar animais vivos, designadamente de reprodutores para melhoria genética dos efetivos. Não obstante esta não ser matéria do Plano para 2022, é uma matéria que por estar na ordem do dia, se coloca nesta fase, alertando-se para as consequências do ato legislativo em curso.
- f) Relativamente às explorações agrícolas e áreas adjacentes tem-se notado um aumento exponencial de roedores que tem causado graves transtornos e problemas de saúde pública, pelo que urge proceder a uma desratização massiva desta praga.

6. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar – Rúbrica 7

Embora estejam previstos 1.704.439 €, desconhece-se a desagregação da rúbricas 7.2 e 7.5.

Na rúbrica 7.2 estão previstos 358.278 € para infraestruturas de apoio às pescas, nada consta que estejam previstas obras de melhoria das condições nos Portinhos de pesca da Maia e dos Anjos - alternativos ao Porto de Vila do Porto - o que seria uma mais valia para os nossos pescadores e para o bom funcionamento da atividade da pesca na ilha de Santa Maria.

7. Cultura, Ciência e transição digital – Rúbrica 8

Sendo o projeto Aeroespacial um dos vectores de desenvolvimento económico da ilha de Santa Maria, não vemos espelhado neste plano verbas que traduzam essa real intenção.

Considera-se positivo a dotação na verba 8.5.5 de 530.400 € para o projeto RAEGE de Santa Maria e outras iniciativas dedicadas ao espaço, contudo insuficiente para a dinâmica que esta ilha necessita para alavancar este eixo de desenvolvimento escolhido por este GRA.

Igualmente preocupante é a dotação residual da verba para a rúbrica 12.24 – Defesa do Património Arquitectónico e Cultural com 200.000 € para Requalificação da Casa do Diretor do Aeroporto de Santa Maria, futura sede da Agência Espacial Portuguesa,

quando sabemos que o valor previsto no ano anterior plano era na ordem dos 600.000 € e que não foi suficiente para a adjudicação da obra.

Por outro lado, não se encontra prevista no Plano nenhuma rubrica para a obra de recuperação da Torre de Controle do Aeroporto de Santa Maria, tendo em vista a sua musealização, o que lamentamos, visto estar a degradar-se muito, correndo-se o risco de nada sobrar daquela infraestrutura um dia que o projeto venha a ser aprovado.

8. Ambiente, Alterações Climáticas e Território - Rubrica 9

Nada a registar no montante previsto para a rubrica 9 no valor de 593.399 €.

9. Transporte, Turismo e Energia – Rubrica 10

Registamos com agrado a dotação de 637.062 € para a rubrica 10.1 para produção e armazenamento de energias limpas. Todavia na sua globalidade verificamos um decréscimo de investimento nessa rubrica, o que nos afigura estranho, numa altura que deveríamos estar a apoiar em pleno uma atividade que muito sofreu com a pandemia, numa ilha que ainda tem uma taxa de ocupação turística muito sazonal, mas com elevados encargos para o exercício da sua atividade.

Constata-se ainda nesta área de desenvolvimento situações que levam a um estrangulamento económico da ilha de Santa Maria, a saber:

- a) As acessibilidades à ilha são a nossa maior preocupação, por isso reiteramos a necessidade de manutenção da gateway de Santa Maria e a melhoria do preço tarifas aéreas para quem nos visita. Tal melhoria é fundamental pois o preço atual é condicionador da escolha da nossa ilha como destino turístico. Há que criar outra atratividade para as ilhas da coesão em especial para as que são periféricas e tem maior dificuldade nas acessibilidades, nomeadamente para Santa Maria, Flores e Corvo. Propõe-se ainda uma bonificação das tarifas para quem nos visita vindo nos voos diretos, fazendo com que assim haja uma maior taxa de ocupação, e também uma redução significativa da tarifa, no caso da compra ser executada com um ano de antecedência, pois resulta num encaixe financeiro para a SATA por venda dos lugares com bastante antecedência.
- b) Terá de ser encontrada uma solução que permita a retoma das ligações marítimas de passageiros/as entre Santa Maria e São Miguel, importante não só pelo aumento do número de turistas, mas também pela capacidade que esse meio de transporte permitirá para o escoamento de mercadoria através da modalidade de carga rolada, o que permitirá uma maior rotatividade e planeamento de envio de cargas perecíveis.
- c) Regista-se com agrado a inclusão da obra de melhoria do porto comercial de Vila do Porto. Mas tendo-se tido conhecimento de não estar prevista na obra a expansão do cais -7, para a zona de errocamento da cabeça do molhe, reitera-se essa necessidade, uma vez que a atual dimensão do porto, que apenas dispõe de 132 metros à cota -7, condiciona em muito a entrada de navios com necessidade de praticar essa área. Por outro lado, e atendendo ao fato que a intervenção no porto causará uma degradação significativa das vias de transporte de inertes, é necessário acautelar que esta obra venha a executar-se num único período de intervenção, a fim de minorar os estragos nas vias.
- d) Por outro lado sendo a nossa capacidade portuária limitadora aos transporte de bens e serviços para a implementação dos projetos na área Aeroespacial, vemos

com muita preocupação a não resolução dos nossos constrangimentos nesta infraestrutura.

- e) Relativamente ao transporte de mercadorias que está ser feito pela empresa Mutualista, nos moldes atuais, não serve Santa Maria, pois não há certezas quanto aos dias que os navios daquela empresa escalam no porto de Vila do Porto, nem quais as ligações que fazem com outros destinos, impossibilitando assim, a programação das nossas importações / exportações.

10. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria – Rúbrica 11

Com uma atribuição de verba global para a rúbrica no valor de 129.405 € consideramos residual o valor previsto, não permitindo apoiar as empresas com os valores necessários à sua recuperação e crescimento.

11. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações – Rúbrica 12

Na Verba 12.2 - Reabilitação das Estradas Regionais – está previsto um valor de 187.698 €, sendo que só cerca de 128.000 € se destinam a beneficiação e pavimentação. Esse valor é considerado insuficiente face ao atual estado de degradação de uma grande parte da rede viária regional de Santa Maria. Só com um reforço de verba nesta rúbrica se poderá responder às necessidades atuais e urgentes da recuperação da rede viária;

Considera-se positivo a criação do circuito logístico terrestre previsto na rúbrica 12.6.4 no valor de 310.000 €.

Com preocupação vemos a insuficiência de verba na rúbrica 12.22 – Gestão e requalificação da orla costeira que apresenta um valor de 258.000 €, que não permite responder às necessidades da erosão costeira que se verificam nas baías da Maia, Praia Formosa e Anjos.

Conclusão

O Conselho de Ilha de Santa Maria, embora considere positivos alguns dos investimentos previstos no Plano Anual Regional para 2022, entende que não estão suficientemente cabimentados os investimentos mais estruturantes para o desenvolvimento económico e social da Ilha de Santa Maria.

Vila do Porto, 16 de novembro de 2021

A MESA DO CONSELHO DE ILHA

Maria Dulce de Oliveira Resendes, Presidente

João Manuel Andrade Fontes, Vice-Presidente

José Arsénio Sousa Chaves, 1º. Secretário

António Isidro Braga Sousa, 2º. Secretário